



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
CURSO DE JORNALISMO**

**JEFFERSON PEREIRA MEDEIROS SILVA**

**JORNALISMO E IMPARCIALIDADE: A PRISÃO DO EX-PRESIDENTE LULA NO  
UOL E G1**

**CAMPINA GRANDE - PB  
2021**

**JEFFERSON PEREIRA MEDEIROS SILVA**

**JORNALISMO E IMPARCIALIDADE: A PRISÃO DO EX-PRESIDENTE LULA NO  
UOL E G1**

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade Artigo Científico apresentado ao Centro de Ciências Sociais e Aplicadas – CCSA, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

**Área de concentração:** Crítica de mídia

**Orientador:** Prof. Me. Leandro Bráulio  
Nascimento Nóbrega

**CAMPINA GRANDE – PB  
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586j Silva, Jefferson Pereira Medeiros.  
Jornalismo e imparcialidade [manuscrito] : a prisão do Ex-Presidente Lula no UOL e G1 / Jefferson Pereira Medeiros Silva. - 2021.  
27 p. : il. colorido.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas , 2021.  
"Orientação : Prof. Me. Leandro Bráulio Nascimento Nóbrega , UEPB - Universidade Estadual da Paraíba ."

1. Jornalismo. 2. Imparcialidade. 3. Análise de conteúdo. 4. Notícia política. 5. Ética no jornalismo. I. Título

21. ed. CDD 070.4

JEFFERSON PEREIRA MEDEIROS SILVA

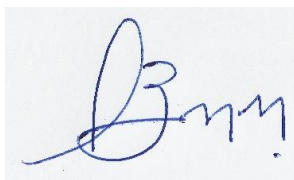
**JORNALISMO E IMPARCIALIDADE: A PRISÃO DO EX-PRESIDENTE LULA NO  
UOL E G1**

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade Artigo Científico apresentado ao Centro de Ciências Sociais e Aplicadas – CCSA, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

**Área de concentração:** crítica de mídia

Aprovado em: 27/05/2021.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Me. Leandro Bráulio Nascimento Nóbrega (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Profa. Dra. Adriana Alves Rodrigues  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof. Dr. Luís Adriano Mendes Costa  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

“Estou certo de que o senhor está sempre comigo.”

(Salmos 16:8)

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2</b>	<b>O JORNALISMO CONTEMPORÂNEO.....</b>	<b>7</b>
<b>2.1</b>	<b>Condições históricas de produção.....</b>	<b>9</b>
<b>2.2</b>	<b>A comunicação como uma problemática no jornalismo.....</b>	<b>11</b>
<b>2.3</b>	<b>A ética no jornalismo.....</b>	<b>13</b>
<b>2.4</b>	<b>A objetividade no jornalismo e a teoria do espelho.....</b>	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>A PRISÃO DO EX-PRESIDENTE LULA NO G1 E UOL.....</b>	<b>19</b>
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>23</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>25</b>
	<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>27</b>

# **JORNALISMO E IMPARCIALIDADE: A PRISÃO DO EX-PRESIDENTE LULA NO UOL E G1**

## **JOURNALISM AND IMPARTIALITY: THE ARREST OF FORMER PRESIDENT LULA NO UOL E G1**

**Jefferson Pereira Medeiros Silva<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

O presente artigo busca analisar, a partir do funcionamento da comunicação dentro do jornalismo, as diferenças entre duas reportagens no trato com a notícia em busca pela imparcialidade, a partir de uma análise de conteúdo. Considera-se, para tanto, o esquema de comunicação definido por Francis Vanoye (1993) e a subjetividade intrínseca a todo indivíduo munido de consciência. As dificuldades geradas dentro desse embasamento na intenção de informar uma determinada notícia são caracterizadas por empecilhos implícitos, ocasionando uma distorção dos fatos sem o mediador da notícia perceber. São analisadas duas reportagens com mesmo assunto e publicadas no mesmo dia em dois portais online de notícias a fim de estabelecer uma comparação e consequentemente as diferenças entre elas. Apesar de informarem acerca da prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2018, em decorrência de ações de investigação da operação que ficou conhecida como Lava Jato, as reportagens do G1 e UOL deixam transparecer que as coberturas realizadas sofreram influências que as distanciaram da ideia de imparcialidade, sendo, esta, portanto, algo utópico.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Imparcialidade. Análise de Conteúdo.

### **ABSTRACT**

This article seeks to analyze, from the functioning of communication within the journalism, the differences between two reports in dealing with the news in search of the impartiality, based on a content analysis. For this purpose, the scheme of communication defined by Francis Vanoye (1993) and the subjectivity intrinsic to every individual armed with conscience. The difficulties generated within this foundation in the intention of inform a certain news are characterized by implicit obstacles, causing a distortion of the facts without the news mediator noticing. Two reports are analyzed with the same subject and published on the same day on two online news portals in order to establish a comparison and consequently the differences between them. Despite inform about the arrest of former president Luís Inácio Lula da Silva, in 2018, in as a result of investigation actions into the operation that became known as Lava Jato, the G1 and UOL reports show that the coverages carried out suffered influences that distanced them from the idea of impartiality, which is, therefore, something utopian.

**Keywords:** Journalism. Impartiality. Content Analysis.

---

<sup>1</sup> Graduando em Jornalismo na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB (jefftecinfopereira@gmail.com)

## JORNALISMO E IMPARCIALIDADE: A PRISÃO DO EX-PRESIDENTE LULA NO UOL E G1

### 1 INTRODUÇÃO

Ética e imparcialidade são aspectos essenciais da prática jornalística. Diariamente, são muitas as informações que chegam aos cidadãos. Por essa razão, o jornalismo é atividade de grande influência nas decisões tomadas na sociedade em áreas como política, economia, cultura, e entre outras. Essa situação denota a importância que o jornalista fundamenta seu trabalho cotidiano no que é essencial da sua profissão. Dessa forma, o papel do emissor se torna muito importante na geração de conteúdo visto pelo mecanismo de funcionamento das narrativas, sejam essas textuais, sonoras ou audiovisuais. Assim, ele pode ser considerado um “canal” de passagem de informação para uma determinada pessoa. No jornalismo, a elaboração dessa ideia transparece quando uma mensagem é transmitida de acordo com uma situação específica. Isto é, a mensagem é desencadeada de acordo com a participação do emissor até alcançar a interpretação do receptor. Vanoye (1993, p. 1) elabora um esquema de comunicação designado da seguinte forma:

Emissor (pessoa a qual transmite a mensagem), receptor (o que recebe a mensagem), a mensagem (o conteúdo da informação passada), o canal de comunicação (que é a via de circulação da mensagem), o código (que pode ser considerada como os signos, podemos utilizar um exemplo como os diferentes tipos de idiomas que há no mundo) e por fim tem-se o referente (que é constituindo pelo contexto).

Nessa base de conteúdo, a comunicação é aplicada em todas as camadas possíveis, considerando o homem como o sujeito da situação. A fundamentação para a livre circulação da comunicação se destina também aos receptores das mensagens ainda que estejam à mercê dos emissores. No contexto jornalístico, torna-se a ética, portanto, um fundamento na emissão de mensagens, visto que a personalidade do indivíduo é influenciada pelo contexto social no qual vive. Por outro lado, existem os interesses das empresas jornalísticas que algumas vezes despontam à frente dos que prezam as normas de conduta da prática da produção noticiosa.

Há alguns fatos que comprovam o interesse das empresas de comunicação, como o do dia 25 de janeiro de 1984, onde uma multidão de mais de 500 mil pessoas ocupou as ruas da cidade de São Paulo. Nas margens da Praça da Sé, ocorria um comício do movimento denominado Diretas Já, que buscava a retomada das eleições diretas para presidente da república no Brasil. Porém, o que foi mostrado na principal emissora de televisão do país, a Rede Globo, durante o Jornal Nacional, que já figurava como o principal telejornal do país, é que as cenas da manifestação aconteciam em virtude da comemoração do aniversário da cidade. Imediatamente a informação foi taxada de enganosa. Já no início da década de 1990, a emissora agiu parcialmente durante a disputa eleitoral acontecida naquele ano ao editar favoravelmente ao candidato Fernando Collor de Mello o principal debate televisivo do segundo turno que foi levado ao ar. Essa postura foi confirmada pelo dono da emissora, o jornalista Roberto Marinho, em entrevista a Hélio Contreiras, no Jornal da Tarde de 6 de abril de 1993:

“Mas o senhor reconhece que a Rede Globo e O Globo influenciaram (o público) para a eleição do (presidente) Collor?”. Responde Marinho: “Sim, nós promovemos a eleição do Collor e eu tinha os melhores motivos para um grande entusiasmo, uma grande esperança de que ele faria um governo extraordinário”. (BUCCI, 2000, p. 29-30).



Esse é um bom exemplo de como alguns veículos de comunicação são irresponsáveis no trato com a notícia, considerando até a sua audiência como uma peça facilmente manipulável.

Diante dessas questões, torna-se imperioso destacar a subjetividade do indivíduo e como a sua parcialidade influencia sobre a comunicação. Estritamente citando o jornalismo, o papel do emissor está submetido a uma conjuntura que, ao se apropriar do fato diante do seu pensamento singular, ocasiona em uma fuga da realidade.

A partir disso, serão trabalhadas algumas problemáticas dentro da comunicação que afetam a atividade jornalística: o jornalismo contemporâneo, as condições históricas de produção, a ética dentro do jornalismo e a objetividade como parâmetro noticiável. Sendo estas analisadas, abordaremos duas reportagens de forma comparativa de modo que se possa identificar, utilizando as problemáticas trabalhadas, suas diferenças e como a imparcialidade fica afetada nessas perspectivas. A análise de discurso se restringe apenas em sua metodologia onde se torna necessário entender como designa a comunicação dentro sociedade e como ela afeta a atividade jornalística, já que para o seu funcionamento é necessário existir a comunicação.

A escolha dos portais de notícia UOL e G1 com suas reportagens se deram por necessidade de que há uma certa igualdade em suas formas de trabalhar. E com isso a identificação de diferenças tornam-se mais difícil para o leitor, tornando mais importante a análise desses conteúdos. Isso porque o jornalismo pode ser afetado implicitamente em alguns pontos e a comparação dessas matérias, identificando suas diferenças, são encontradas nos detalhes que mais a frente serão analisadas comparativamente.

Portanto, nosso objetivo é, a partir das problemáticas dentro da comunicação que afetam o jornalismo, analisar duas reportagens publicadas em diferentes veículos de comunicação acerca da prisão em 2018 do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva no âmbito da Operação Lava Jato. As reportagens, ambas publicadas em sete de abril 2018, são “Lula se entrega à PF e é preso para cumprir pena por corrupção e lavagem de dinheiro” e “Lula é preso; ex-presidente deixa SP em avião rumo a Curitiba”, respectivamente dos portais de notícias G1 e UOL.

## **2 O JORNALISMO CONTEMPORÂNEO**

O jornalismo de hoje é uma consequência de um desenvolvimento da área a partir de modificações em sua produção. Na Roma Antiga, era produzida a Acta Diurna, uma espécie de anúncios do governo, feitos em metal ou pedra e exibidos em locais públicos. Mas a grande explosão que resultou em um maior desenvolvimento no que se diz respeito à publicação de informes aconteceu com a prensa de Johannes Gutenberg, criada por volta de 1450 na Alemanha. A criação de uma máquina que possibilitava a impressão de livros em massa resultou em um grande impulso para o desenvolvimento dessa área, já que até então os livros eram feitos à mão e o preço cobrado por cada exemplar era alto, o equivalente a uma fazenda ou vinícola.

Com o passar dos anos e conseqüentemente do seu desenvolvimento, o modelo de jornalismo chega até o final do século XX e início de século XXI experimentando novamente grandes mudanças com o surgimento da internet. Com isso a maneira de se transmitir uma mensagem ganhou novas características. De forma ampla, tais mudanças são vistas positivamente. De acordo com Mcquail (2012, p. 131),

Em termos gerais, as novas mídias têm sido recebidas (pelo menos pelas velhas mídias) com intenso interesse, expectativas e previsões positivas e até mesmo eufóricas, e uma superestimativa geral do seu significado (Rossler, 2001). Ainda estamos nessa fase, embora, aos poucos, ouçam-se vozes mais sóbrias e haja alarme,

bem como otimismo, com relação às consequências mais amplas, principalmente na ausência de qualquer estrutura desenvolvida de regulamentação ou controle. As ideias sobre o impacto das novas mídias estavam muito à frente da realidade, mesmo agora, a investigação nesta área ainda está ocupada com a redução de expectativas.

O desenho de um novo panorama pode ser identificado na eclosão dos aparatos e recursos tecnológicos que, além de muitos aspectos positivos, trouxeram consigo problemas como *fake news*, informações incompletas publicadas e sensacionalismo noticioso.

A internet revolucionou o ramo da comunicação e hoje qualquer aparato que tenha a capacidade de transmitir uma informação pode ser considerado um meio de propagação de notícia, seja ela de forma informal ou formal. A comunicação unilateral dá lugar para a bilateralidade. O feedback é recebido de uma forma mais forte e constante. Agora, o receptor, ainda que continue possuindo o papel passivo na comunicação, ganha uma participação maior na construção da mensagem. O dinamismo e a troca de experiências resultam em uma comunicação mais recíproca no que se diz respeito ao trabalho jornalístico.

O pressuposto subjacente é que a distinção entre a comunicação de massa e a pessoal já não é clara, pois as mesmas tecnologias podem ser usadas para ambos os fins, e o são. As diferenças só podem ser compreendidas introduzindo-se uma dimensão social, relacionada ao tipo de atividade e de relações sociais envolvidas. Em vez do conceito de “mídia”, Luders prefere a expressão “formas de mídia”, que se refere a aplicações específicas da tecnologia da internet, tais como notícias, redes sociais etc. (MCQUAIL, 2012, p. 132).

O aparecimento da internet trouxe consigo as denominadas redes sociais. WhatsApp, Facebook, Twitter, YouTube e Blogs pessoais são exemplos de ferramentas utilizadas pelos usuários como veículos de informações ou entretenimento. A participação desses sites resulta em uma interferência na propagação de notícias, que em muitos casos surgem de forma dúbia e erroneamente interpretadas. Sendo, portanto, uma problemática na criação da notícia.

Entende-se que as apropriações dos sites de redes sociais no jornalismo digital podem estar afetando as suas dinâmicas de produção. À medida que eles passam a integrar as estratégias editoriais dos veículos jornalísticos, podem estar assumindo importância peculiar nesse contexto. Com base nisso, acredita-se que essa apropriação pode indicar alterações nos critérios de noticiabilidade seguidos em determinadas redações jornalísticas. (SILVA; BELOCHIO, 2013, p. 5-6).

Fica imperioso destacar que essa adaptação afetou a dinâmica de produção no fazer jornalístico, as mídias sociais tornaram a notícia mais rápida e dinâmica. Assim como o processo se tornou menos burocrático afetando a credibilidade da notícia. Com isso, o profissional da área fica obrigado a estar em constante atividade exigindo para si atualizações do momento em tempo real, precisando desempenhar sua função com mais agilidade, o que torna mais dinâmica e veloz a comunicação.

Com toda essa dinamicidade que a internet proporciona, um grande número de informações são publicados por diversos usuários constantemente, abrindo margem para outra questão: a veracidade dos fatos. Advém desse cenário o surgimento de termos como *fake news*, usado para denominar notícias falsas. Fica importante destacarmos que esse tema já afetava o trabalho jornalístico há tempos.

A primeira notícia falsa da História Contemporânea foi publicada pelo jornal de Nova York The Sun em 1835 e relatou seres que habitavam a lua. A notícia teve um grande impacto nos Estados Unidos graças a três fatores: o surgimento de impressoras de alta capacidade, a queda no preço dos jornais (a penny press), e a

chegada de novos meios de transporte que ultrapassavam a velocidade de cavalos pela primeira vez na história: trens e barcos a vapor. Esses fatores ajudaram espalhar informações falsas e sensacionalistas em grande escala sob o pretexto de notícias reais. É o que hoje chamamos de notícias falsas. (SALAS ABAD, 2019, p 411)

A internet popularizou esse tema, assim como facilitou para que isso ocorresse com mais frequência. O seu uso indiscriminado acaba afetando áreas como política, economia, educação e um caso chama a atenção sobre esses problemas nos dias atuais. As eleições presidenciais de 2018 no Brasil ficaram marcadas por essa questão.

Muitos casos de notícias falsas vieram à tona, principalmente no segundo turno, quando sobraram na disputa apenas os candidatos Jair Messias Bolsonaro, do PSL (Partido Social Liberal), e Fernando Haddad, do PT (Partido dos Trabalhadores). Casos surgiam constantemente, tornando as eleições na internet e mídias sociais uma espécie de guerra virtual por meio de notícias falsas, o que pôs também em destaque discussões relacionadas à relativização da credibilidade do jornalismo. Analistas consideram que as mídias sociais tiveram papel de destaque na vitória do candidato Jair Bolsonaro naquele pleito.

A internet por disponibilizar de um canal que possibilite a livre circulação de informações sem a conferência delas tornam as notícias mais propensas a se apresentarem distorcidas diante das pessoas, já que não há como controlar a sua circulação. Fatos iguais como os da eleição presidencial no Brasil em 2018, por exemplo, se tornam mais frequentes nos dias atuais.

## 2.1 CONDIÇÕES HISTÓRICAS DE PRODUÇÃO

Todo ser humano é munido de informações e sua formação é construída a partir de experiências. Sua bagagem histórica é o principal fomentador dessa construção. É a partir desses acontecimentos que seu caráter será formado, bem como os rumos de vida que decidirá tomar, suas falas e posições políticas, entre outros aspectos da sua vida profissional.

Aplicado ao jornalismo, as condições históricas de produção podem ser entendidas como um dos processos de comunicação ao qual se sujeitam dois indivíduos. Utilizando-os como exemplo, consideremos um emissor denominado como “A” e o receptor como “B”, e a mensagem como o discurso. E, segundo Pêcheux (1995), a mensagem irá possuir um efeito de sentido, o qual caracteriza-se pela formação imaginária do indivíduo, a sua personalidade, ou seja, o estereótipo do indivíduo. “A” e “B” possuirão forças distintas com um sobressaindo-se sobre o outro. Por exemplo, um patrão (A) dando uma ordem para o empregado (B). Nessa exemplificação, as falas do sujeito serão tendenciosas a partir de determinado momento. Em uma conversa na qual o patrão designa uma ordem para o empregado, suas falas estarão sujeitas a interpelações implícitas sugerindo organizações de falas possivelmente previsíveis.

Pêcheux (1995, p. 82) afirma que as condições de produção tratam de relações imaginárias dentro de uma formação social, sendo que os integrantes da situação têm de si e que cada um tem do outro no processo de comunicação:

Fica bem claro aqui, já de início, que os diferentes elementos A e B designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais. Se o que dissemos antes faz sentido, resulta pois dele que A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos: assim, por exemplo, no interior da esfera da produção econômica os lugares do “patrão” (diretor, chefe da empresa etc), do funcionário de repartição, do contramestres, do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis.

Esse autor define cada membro com uma posição determinada no ato de fala, a qual sua formação social lhe subordina criando uma formação imaginária. Surge daí uma posição hierárquica sobre o outrem, influenciado a fala e o resultado. Há também a inclusão do referente que seria um objeto imaginário, que podemos considerá-lo como o ponto de vista do sujeito e não da realidade. Ou seja, é a interpretação que o indivíduo cria a partir da situação:

As diversas formação resultam, elas mesmas, de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção) que deixaram de funcionar mas que deram nascimento a “tomadas de posição” implícitas que asseguram a possibilidade de processos discursivos em foco. Por oposição à tese “fenomenológica” que colocaria a apreensão perceptiva do referente, do outro e se si mesmo como condição pré-discursiva do discurso, supomos que a percepção é sempre atravessada pelo “já-ouvido” e o “já-dito”. (PÊCHEUX, 1995, p. 85).

Nesse sentido, o autor retoma a ideia de que a construção do discurso se formará a partir do pensamento subjetivo da personalidade do indivíduo. Sendo assim, resultante da influência da construção da informação.

Um discurso proferido em uma determinada época da história é formado a partir do contexto social do momento. Acerca dessa noção de construção do discurso, Orlandi (2001, p. 30) afirma;

Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio, imediato.

Ou seja, a situação é descrita naquilo que você vê, o que é empiricamente observável, gerando a informação. Conjuntamente há as circunstâncias ao seu redor, que seriam o contexto social do momento, que, atreladas às interpretações do sujeito, resultam, ao final, na aferição da notícia. Por isso que o contexto social do momento influencia decisivamente na descrição de um fato. Uma informação resultará diferente se ela for exposta a determinadas circunstâncias e pessoas, em lugares específicos, podendo gerar dois ou mais resultados diferentes.

Falar de resultados se limita a interpretar uma determinada situação a partir de um contexto imediato, ou seja, por uma situação atual, com isso o indivíduo se apropriará da informação diante de circunstâncias ao seu redor, resultando em seu final, que seria a notícia. Por isso que o fato não se restringe diretamente na informação em si, mas também na interpelação do enunciador diante de um contexto. De acordo com Maingueneau (2004, p. 19-20):

Nessa concepção da atividade linguística, o sentido estaria de alguma forma no enunciado, e sua compreensão dependeria essencialmente de um conhecimento léxico e da gramática da língua; o contexto desempenharia um papel periférico, fornecendo os dados que permitem desfazer as eventuais ambiguidades dos enunciados. Se dissermos, por exemplo, “O cachorro late” ou “Ela está acesa”, o contexto serviria apenas para determinar se “o cachorro” designa um cão particular ou a classe dos cães; a quem o pronome “ela” se refere e se “acesa” se refere a um estado (a lâmpada está acesa) ou a um comportamento (a criança está acesa)\* etc.

Para se apoderar ao momento da fala é necessário o contexto do momento, assim como esse contexto resulta em uma distorção da fala já que ele é fundamental para o entendimento da informação. Por isso a importância de não existirem omissões nas informações. O contexto da fala, dependendo da situação, exigirá um maior número de fatos a fim de alcançar sua plenitude.

A construção da fala não é de total responsabilidade de quem a transmite. É necessário se deslocar à situação que acomete a informação e entender também que os fatos são expostos em uma situação que poderá sofrer distorções diante da interpretação do interlocutor. Para Maingueneau (2004, p. 19-20),

Todo ato de enunciação é fundamentalmente assimétrico: a pessoa que interpreta o enunciado reconstrói seu sentido a partir de indicações presentes no enunciado produzido, mas nada garante que o que ela reconstrói coincida com as representações do enunciador.

A comunicação sofrerá impasses que, diante do receptor que recebe a mensagem, identificará o enunciado de acordo com o agora (o momento atual), e resultará numa situação individual do sujeito, já que um determinado fato transmite uma informação diferente de acordo com a situação.

## 2.2 A COMUNICAÇÃO COMO UMA PROBLEMÁTICA NO JORNALISMO

O sucesso da comunicação abarca não só a chegada como também a compreensão por parte de um receptor. O fato deve ser analisado pela perspectiva de quem recebe a mensagem. Se dois indivíduos recebem uma mesma informação e conseguem interpretá-las de duas formas diferentes, então isso significa que há problemas que acometem a notícia e resultam na reestruturação do fato, que muitas vezes não está explícito, influenciando na sua imparcialidade.

O papel do jornalista ganha uma enorme dimensão visto pelas esferas que ele alcança, sejam elas de proporção local, regional ou global no âmbito da política, cultura, esporte ou policial e outras. A discussão acerca da imparcialidade no jornalismo é fundamental porque o profissional da área possui o papel de elucidar os fatos e a situação para quem assiste, lê ou escuta a notícia, já que a informação é extraída de um contexto, ou seja, de uma situação factual. A partir disso, o emissor da mensagem se apropriará do fato e irá transmitir a outros sob um olhar subjetivo. Já o receptor irá interpretar a mensagem de acordo com a sua linha de raciocínio, à maneira como ele achar que aconteceu, e não como de fato aconteceu. A criação da interpretação do fato diante do sujeito acontece de uma forma continuada, tendendo a gerar diversas aferições, e de acordo com o sujeito que a recebe.

Quéré (2005, p. 15) chama de transação os múltiplos usos de referências que o sujeito se utiliza para a interpretação de um fato:

O acontecimento entra, portanto, na experiência, não somente como fato, mas ainda como termo de uma transação. O acontecimento e aquele a quem ele acontece são, ambos, coisas que ‘se tornam’ no quadro de uma transação, embora o seu ‘tornar’ seja muito diferente. Uma pessoa não se limita a suportar um acontecimento: responde-lhe, salvo quando prevalece o suportar – ela pode então ser submersa pelo que lhe acontece, embrutecida ou siderada.

Para esse autor, a situação da notícia acontece em uma manifestação do sujeito que, ao juntar a lógica do fato com a premissa do que pode ter resultado no acontecimento, pressupõe de lógicas a partir do próprio indivíduo que consome a informação, utilizando-as como meios aos quais se explica a notícia. Esse pensamento ganha ainda mais força à medida que a notícia é mais impactante, como um acontecimento que foge da nossa própria realidade e que não resulte, pelo menos em primeiro momento, numa lógica (uma filha que mata os próprios pais por questões de dinheiro ou um pai que prende um filho dentro de um barril para castigá-lo por desobediência), o que acaba por gerar diversas interpretações das pessoas que consomem

a informação. E essa informação, por atingir diversos indivíduos, resulta em muitas interpretações, cada um revelando e explicando de acordo com seu próprio pensamento.

Nesse caso, “o mundo a descrever” é o lugar onde se encontra o “acontecimento bruto” e o processo de *transformação* consiste, para a instância midiática, em fazer passar o acontecimento de um estado bruto (mas já interpretado) ao estado de mundo midiático contruído, isto é, de “notícia”; isso ocorre sob a dependência de processo de *transação*, que consiste, para a instância midiática, em construir a notícia em função de como ela imagina a instância receptora, a qual, por sua vez, reinterpreta a notícia à sua maneira. Esse duplo processo se inscreve, então, num contrato que determina as condições de encenação da informação, orientando as operações que devem efetuar-se em cada um dos processos. (CHARAUDEAU, 2006, p. 114).

O processo da informação molda a notícia de tal forma que chegue ao seu final sob um olhar opinativo. Assim como o acontecimento será transformado para que se apresente ao indivíduo de maneira mais simpática, para que sua interpretação seja facilitada. A transformação do fato é desencadeada sobre processos implícitos a fim de se alcançar o seu recebimento. O indivíduo, por sua vez, interpretará a notícia no seu próprio modo de pensamento. Ainda segundo Quéré (2005, p. 7), “não se compreende o acontecimento porque não podemos ainda inseri-lo num contexto, nem considerá-lo como resultado de um encadeamento serial”. Ou seja, a informação ainda que consiga transmitir o fato para um determinado número de pessoas estará sujeita a inúmeras interpretações, formando uma descontextualização da notícia, pois ela resultou em diferentes interpretações. Com isso, a comunicação fica ainda mais inviável, pois a informação não se encontra em sua totalidade, seja pela fuga da nossa realidade sobre o que pode ter acontecido, pela notícia que não está completamente inteira e, principalmente, pelo indivíduo que a interpretará de acordo como ele achar melhor, dentro da sua percepção da realidade.

Pode-se considerar ainda, que um fato é noticiado a partir de uma análise pessoal de um sujeito (o repórter), mesmo que este tenha intenções quanto à imparcialidade no jornalismo. Ainda assim, não se pode levar em consideração a segurança total do ocorrido:

As pessoas tendem a pensar que, ao lerem um texto no jornal, automaticamente ficam cientes de como as coisas passam na vida real. Na verdade, se esquecem de que aquilo que leram é apenas uma versão dos fatos, ou seja, uma história construída por alguém que se pode valer de elementos verdadeiros, mas que, ao compor seu texto, irá se projetar e se imiscuir nele. Além disso, ressalte-se que o ato de comunicar da esfera jornalística possui um poder que abarca muitos leitores, fascina-os e estes a ela se tornam fiéis. (LEITE, 2016, p. 15).

Depreende-se que o indivíduo, além de estar sujeito a interpretações do seu próprio pensamento, também se torna preso e dependente de terceiros (jornalistas). Nesse quesito, o poder de persuasão dos veículos de comunicação é outro agravante na elaboração de uma pauta que exija menos interferências das empresas na produção da notícia, ocasionando em “ruídos” na comunicação. Para Vanoye (1993, p. 8), o ruído é um problema técnico na comunicação:

tudo o que afeta, em graus diversos, a transmissão da mensagem: voz muito baixa ou encoberta pela música, falta de atenção do receptor, erros de codificação etc. O termo ruído não se refere apenas a uma perturbação de ordem sonora, aplicando-se tanto à comunicação visual (uma mancha numa folha de papel ou numa tela, um erro datilográfico são “ruídos”), quanto aos outros tipos de comunicação. Um ruído, no sentido corrente do termo, pode também não ser uma perturbação, mas constituir em si mesmo uma mensagem (aplausos).

A influência das empresas jornalísticas diante de pautas noticiáveis, reestrutura-se tanto como um ruído (atrapalhando a criação do conteúdo), como também em uma mensagem (a nova perspectiva do fato, implicado pela ideologia da empresa). Esses problemas técnicos se equiparadas às problemáticas que o jornalismo sofre na busca pela imparcialidade, acabam se juntando em um determinado momento. Visto pela forma que a mensagem sofrerá com os ruídos, ela não conseguirá alcançar sua plenitude. Comumente, essas interferências fazem surgir novas mensagens, como no ruído onde uma perturbação caracterizada por aplausos gera uma mensagem, e a na notícia jornalística mal interpretada, formando uma nova informação diante da interpretação do receptor.

A partir dessas análises técnicas em suas falhas na conversa, o jornalismo irá discorrer com todas suas problemáticas no que tange a informação em si, independente de onde saia a informação, da televisão, rádio, jornal impresso ou internet.

### 2.3 A ÉTICA NO JORNALISMO

O papel do jornalista é antes de tudo informar, mas, acompanhada dessa função, estão algumas particularidades essenciais, como manter as pessoas informadas da forma mais clara possível, desobstruir as possíveis falhas em acontecimentos dúbios a ponto que possam prejudicar as pessoas, e principalmente vestir a camisa da profissão e não a da empresa. A área jornalística pode também ser mencionada como um local onde se fixam empresas que fazem valer a função da profissão, porém, esses veículos de comunicação estão sujeitos à parcialidade, com suas próprias ideologias e pensamentos, influenciando na forma de trabalhar. A partir disso, a ética dentro da profissão entra no momento em que a atividade passa a influenciar a vida das pessoas negativamente e sua influência em trabalhos jornalísticos se faz por necessidade em ter um olhar mais humanizado diante de determinadas questões a fim de não denegrir a imagem de uma determinada pessoa.

Com isso, a mídia se torna uma peça em um jogo de interesses que remete aos fins lucrativos, ou melhor, publicitários, como salienta Charaudeau (2006, p. 120):

Assim sendo, não podemos concordar com aqueles que deixam transparecer que as mídias modernas se apoderaram do espaço público para transformá-lo. As mídias são apenas uma forma de publicização. Sua ação é participar do que constitui, desconstitui, transforma o espaço público, no quadro do contrato de informação midiático. O que acontece na realidade, é que em certos momentos da história a publicização do espaço público toma uma forma particular; já o foram, cada uma à sua maneira, a igreja, a monarquia, a festa e o bufão na Idade Média, hoje são as mídias, particularmente a televisão.

Segundo a representação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) no Brasil, em 1998, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, estabelece, no artigo 19, o direito à liberdade de opinião e expressão, o que inclui a liberdade de “procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. Sendo imprescindível, nesse contexto, o jornalismo, que trabalha em prol de manter a população informada. Com isso, o desenvolvimento de uma conduta ética e transparente na cobertura dos fatos é essencial às empresas de comunicação.

A imparcialidade e a ética são indispensáveis. No entanto, o que se tem visto é exatamente o contrário. Acerca desse ponto de vista, Bucci (2000, p. 30-31), destaca:

Ninguém precisa ter frequentado aulas numa faculdade de comunicação social para intuir que ao jornalismo cabe perscrutar a verdade dos fatos para bem informar o público, que o jornalismo cumpre uma função social antes de ser negócio, que a

objetividade e o equilíbrio são valores que alicerçam a boa reportagem. E, no entanto, nesses três momentos já incorporados à história política do Brasil – a campanha das diretas de 1984, as eleições presidenciais de 1989 e a mobilização popular pelo impeachment em 1992 -, a principal rede de televisão do país falsifica, distorce e omite informações essenciais.

De onde surge essa fuga de compromisso com a sociedade? Do repórter? Das empresas? De ambos? Possivelmente o peso maior virá do reporte. Mas, devemos considerar de onde esse problema surge e não onde acaba. As empresas hoje em dia exigem um profissional cada vez mais ético, competente, que não cometa erros, ou seja, completo. Apesar disso, no final das contas, o que elas visam são os seus próprios interesses, coagindo o profissional ao erro ou a comportamentos antiéticos.

Não é o caso, aqui, de verificar os meandros das negociações que empresas de comunicação e governos podem se permitir entre si. O que interessa saber é de que lado do diretor à informação ou do lado das conveniências comerciais e políticas que exigem sacrifício da ética. Como regra, elas têm preferido a segunda alternativa. Eticamente, portanto, agem de forma condenável. (BUCCI, 2000, p. 34).

É preciso considerar que o jornalista por fazer parte desse jogo de poder e por estar dentro desse campo acaba ficando à mercê de todo esse movimento mesmo que ele tenha a intenção de passar ao público tudo que tenha importância social. Depreende-se, portanto, que para o jornalista torna-se um desafio vestir a camisa da profissão e não a da empresa. Já que uma determinada emissora partirá de ideologias subjetivas e não objetivas, que são influenciadas por questões políticas e publicitárias, as quais são geradoras de conflitos de interesses que influenciam na conduta e decisões do jornalista.

A ética no jornalismo parte sempre da imparcialidade e isso se torna muito difícil.

Os desvios éticos da imprensa brasileira não se resumem, portanto, às falhas dos jornalistas – que, evidentemente, devem ser analisadas em público, para o bem da melhoria da qualidade de informação; eles se estendem às empresas e à sociedade. O problema ético é um problema estrutural e sistêmico. A desinformação não se deve apenas a maus profissionais, mas também a atitudes empresariais que revelam falta de compromisso com o direito à informação, que se articulam para excluir o cidadão das decisões que em seu nome são tomadas. (BUCCI, 2000, p. 35-36).

Nessa perspectiva, se torna fácil identificar o porquê da comunicação ser tão deturbada dentro das emissoras. O público, por ser o principal alvo e o mais vulnerável, torna-se o mais prejudicado. As consequências estão: na política, sendo influenciável pelos veículos de comunicação a escolher determinado candidato; em manifestações, com coberturas tendenciosas mostrando somente um lado; no seu próprio pensamento, sendo levado a pensar de uma determinada forma sob influência dos meios comunicacionais. O indivíduo se torna dependente e facilmente manipulável pela forma que consome a informação.

Um caso chama a atenção para se destacar a importância da ética no jornalismo. O caso escola base, em 1994, é esse exemplo de como a atuação da mídia foi desastrosa. Sobre os donos e funcionários da Escola Base, localizada no bairro da Aclimação, na cidade de São Paulo, pesou uma denúncia de abuso sexual cometido contra crianças. Entre os antigos suspeitos estava o casal Icushiro Shimada e Maria Aparecida Shimada, donos da escola, a professora Paula Milhim Alvarenga e o seu esposo e motorista Maurício Monteiro Alvarenga, que supostamente estavam abusando de crianças, tendo seus rostos, vidas, rotinas mostradas a público, afetando diretamente em suas vidas de forma negativa, pois até o momento eles eram apenas suspeitos. Logo mais tarde, de acordo com o andamento das investigações, foi comprovado que os acusados não haviam cometido os crimes.



Casos como esse ajudam a entender a importância de se apurar totalmente os fatos e os relatos, ainda que pareçam vir de fontes seguras. Deve prevalecer a ética e aguardar o momento certo para a publicação de uma notícia. Ainda mais se levar em consideração a gravidade da notícia, que, dependendo do caso, afetará fortemente a vida de um indivíduo.

## 2.4 A OBJETIVIDADE NO JORNALISMO E A TEORIA DO ESPELHO

Tratar de objetividade no jornalismo é falar de imparcialidade, vez que para se alcançar o êxito na comunicação e seu sucesso na transmissão da mensagem é importante se manter fiel aos fatos. De acordo com Bentele (1982, p. 135), “existem regras que garantem que esse fim seja alcançado com sucesso: “informar sem emoções, informar de modo desapassionado, selecionar palavras neutras para descrever o contexto, empregar citações diretas, citar fontes contraditórias, estruturar na sequência apropriada (designação de importância relativa, localização, etc.)”.

A estruturação elaborada por Bentele (1982) demonstra que a relação dos fatos acontecidos em detrimento de alguma situação anterior se torna essencial à sua apuração desde que não afete os pontos acima citados porque a elaboração de uma notícia deve alcançar todos eles.

Para Chaparro (2008, p. 19), o primeiro jornal que trouxe uma forma diferente na linguagem foi o inglês Daily Courant, criado em 1702. Samuel Buckley, diretor do periódico à época, introduziu no jornalismo o conceito da objetividade, firmando-se como o primeiro jornalista a preocupar-se com a imparcialidade no relato dos fatos.

A ciência faz uso de aparatos que facilitam a aprovação de um determinado estudo. Já o campo jornalístico, por sua vez, está restrito apenas à teoria porque não dispõe de tecnologias que ajudem o profissional a comprovar as teses da objetividade e são dependentes, comercialmente. Sobre objetividade no jornalismo, Schudson (2010, p. 12) discorre:

Mas por que os críticos partem do pressuposto de que a imprensa deveria ser objetiva? A objetividade é uma estranha exigência a se fazer a instituições que, como sociedades comerciais, dedicam-se antes de tudo à sobrevivência econômica. É uma estranha exigência a se fazer a instituições que, com frequência, por tradição ou código explícito, são órgãos políticos. É uma estranha exigência a se fazer a editores e repórteres que não contam com nenhum dos aparatos profissionais que, no caso de médicos, advogados ou cientistas, supostamente a garantem.

A objetividade é questão teórica fundamental no jornalismo, mas não se pode desconsiderar que fatores como interesses políticos dos donos dos veículos e questões financeiras ligadas à sobrevivência do negócio têm influência no dia a dia do trabalho profissional jornalístico. Em seu modelo mais antigo, as notícias devem refletir uma imagem fiel da realidade, o que se mostra possível através do olhar de um repórter, que se apresenta como um mediador desinteressado, sendo, portanto, imparcial. Mas o que se vê não é exatamente isso. Ainda que o sujeito busque intenções como essa, ele é influenciado e ao mesmo tempo torna-se um influenciador incapaz de reproduzir os fatos fielmente de acordo como aconteceram.

A subjetividade pode ser caracterizada como algo particular a cada ser humano. Olhares tendenciosos, parciais, opinativos forçam a uma inexatidão da notícia, mesmo que o autor da mensagem busque intencionalmente uma cobertura fiel dos fatos. É assim que implicitamente o sujeito se torna parcial por sofrer influências de si próprio.

Em *Zeitungslehre* (Ensino pelo Jornal), de 1931, Emil Dovifat estudou a demanda de reportagens objetivas. Disse ele que um jornalista cômico de sua

responsabilidade controlaria a exatidão objetiva de seus serviços informativos e “daria as notícias segundo o seu melhor conhecimento”. Mas nem sempre poderia ele evitar os erros e as afirmações equívocas. Diz Dovifat: Um jornal não pode ser “objetivamente verdadeiro”, mas apenas “subjetivamente verdadeiro”. Imagine-se o que seria um jornal puramente “objetivo”. Ele se assemelharia a uma construção de fórmulas matemáticas e aluiria com o primeiro erro de cálculo; mais ainda, ninguém o leria. (KUNCZIK, 1997, p. 226).

Toda circunstância é acometida de uma situação brevemente identificada de alguns modos, possuindo, dessa maneira, duas ou mais interpretações. Por mais que o indivíduo possua a objetividade como uma ideia fixa, o que o aproxima da imparcialidade, o seu pensamento singular abre espaço para a pluralidade de ideias, distanciando teoria e prática. Esses equívocos de interpretação são designados, por exemplo, como erros de pronunciamento, embasamentos duvidosos, parcialidades, interesses próprios e falhas na comunicação. Assim como Kunczik (1997, p. 226) assemelha os cálculos matemáticos com as notícias, os deslizes ocorreriam do mesmo modo de acordo com cada realidade, em seus respectivos exemplos.

Para que haja um informativo fiel ao fato é necessário transcrever a situação da maneira como ela aconteceu. Conforme Bentele (1982), há uma série de critérios a serem seguidos para se chegar à realidade da notícia direta, sem deslizes: informar sem emoções, de modo desapassionado, selecionar palavras neutras, empregar citações diretas, citar fontes contraditórias, estruturar na sequência apropriada. E ainda que não se consiga ser totalmente fiel aos fatos, a intenção de se ser objetivo em uma notícia parte fundamentalmente da subjetividade do indivíduo, e que suas intenções acometidas de deslizes resultarão em uma maior inexatidão dos fatos com fins puramente objetivos.

Emil Dovifat observa, em seu livro *Periodismo*, que a notícia é uma “comunicação controlada e dirigida”. Sustenta que o jornal informará o melhor que possa, não sendo objetivamente verdadeiro, mas subjetivamente verossímil. Defende a inviabilidade de um jornal puramente objetivo. Para ele, um jornal puramente objetivo ou não seria lido por ninguém ou se desmoronaria no primeiro erro de cálculo. Dovifat vai mais longe, enfatizando que a pretensão de objetividade nunca chegará a ajustar-se à autenticidade objetiva. (BARROS FILHO, 2003, p. 34).

Ou seja, na cobertura do fato, ainda que se tenha intenções para com a objetividade, a subjetividade, seja ela do indivíduo ou da empresa, terá influência decisiva em todo o trabalho desenvolvido.

O envolvimento entre homem/notícia é acometido sob um pensamento de que toda opinião é embasada diante de características pessoais do indivíduo, afetando a notícia e sua intenção final.

A opinião é o resultado de uma atividade que consiste em “reunir elementos heterogêneos e associá-los ou compô-los segundo a lógica do necessário ou do verossímil”. Ela depende, com efeito, de um cálculo de probabilidade, que leva o sujeito a tomar uma atitude intelectual de aceitação ou não da verossimilhança. A opinião assemelha-se à crença, pelo movimento de ser a favor ou contra, mas dela se distingue pelo cálculo de probabilidade que não existe na crença e que faz com que a opinião resulte de um julgamento hipotético a respeito de uma posição favorável/desfavorável e não sobre um ato de adesão/rejeição. Por outro lado, a opinião não deve ser confundida com o conhecimento. Este é independente do sujeito que sabe; a opinião, ao contrário, revela o ponto de vista do sujeito a respeito de um saber. A opinião não enuncia uma verdade sobre o mundo, ela remete ao sujeito. (CHARAUDEAU, 2006, p. 121-122)

Hipoteticamente, o ato da fala na notícia não é uma representação da realidade, e sim um ponto de vista de quem a recebe e a interpreta. A objetividade sofre, portanto, com problemáticas relacionadas a subjetividade do sujeito.

Kunczik (1997, p. 228-229) identifica quatro pontos de vista básicos quanto à conveniência e à possibilidade da objetividade:

1. Afirma-se sem reservas a conveniência e a possibilidade da objetividade editorial. Essa atitude, que não vê contradição alguma entre a norma e a realidade, só se sustenta de um ponto de vista não-científico;
2. Ela nem sempre é absoluta e não se considera possível sua consecução no sentido de demandas absolutas. Essa afirmação crítica da objetividade define-a como uma norma ocupacional basicamente praticável e como requisito prévio da comunicação numa democracia parlamentar;
3. “Reconhece-se em princípio a conveniência da objetividade editorial, mas discute-se a sua possibilidade, já que sempre entram em jogo elementos subjetivos. Exige-se a equidade ou a expressão de uma variedade de opiniões;
4. “Nega-se terminantemente a conveniência e a possibilidade da objetividade editorial. A objetividade é mera ficção científica. (KUNCZIK, 1997, p. 228-229)

Esse autor afirma que a objetividade, por possuir problemas que remetam a um impossível alcance da imparcialidade, resulte em uma definição do termo como uma ficção científica. A subjetividade está presente na fala do sujeito da ação e dirimir a sua particularidade está fora de cogitação, pois a fala do sujeito é construída não somente a partir de um acontecimento real, mas também mediante à interpretação do indivíduo.

A imprecisão dos fatos é dominada por pontos de vistas que inevitavelmente estão sujeitos a distorções. O indivíduo extrai a notícia de si para fora sobre um pensamento particular. Assim como as descrições da realidade são ocasionadas mediante a critérios pré-estabelecidos, o fato acometido fica munido de características subjetivas do autor da mensagem fugindo da realidade dos fatos. E que para se alcançar a objetividade em uma mensagem, ela é caracterizada por fórmulas quando se tratar de haver a intenção de se buscar a sua exatidão na transmissão da notícia, e que, por assim dizer, suas fórmulas estarão precedidas de erros pessoais inevitavelmente.

Já teoria do espelho surge concomitantemente ao Positivismo de Augusto Comte (1798 - 1857), em Curso de Filosofia Positiva, publicado em 1973, teoria de onde emerge a ideia do jornalista como um espelho da realidade. Essa corrente o vê como um comunicador desinteressado, e que conta a verdade “doa a quem doer”. Assim, a subjetividade e os comportamentos individuais devem ser ignorados, limitando o homem.

De acordo com Pena (2006, p. 128), “não é possível transmitir significado direto (sem mediação) dos acontecimentos, assim como o jornalismo não é o espelho do real. E, sim, a construção social de uma suposta realidade”.

A prática do jornalismo, apesar de suas bases teóricas, não se aproxima, na maioria das vezes, desse substrato. A informação que deveria estar embasada em conceitos pré-definidos acaba, por assim dizer, recriando seu *modus operandi*. O trabalho acaba por se desenvolver numa linha de raciocínio independente e errônea, conforme pontua Pena (2006, p. 127):

Dependendo do centro da curvatura, a imagem pode ser virtual, invertida, maior ou menor, em diversas combinações. E mesmo nos espelhos planos a imagem já aparece invertida. Uma pequena inclinação ou simples combinação de reflexos pode produzir distorções gigantescas.

Sendo assim, a imagem, ainda que esteja refletindo a realidade exposta, irá sofrer alterações de acordo com a curvatura que o espelho terá. A realidade dos fatos se torna,

concomitantemente, uma distorção da notícia em si, acometida por interferências técnicas e subjetivas do próprio autor da mensagem (que seria o repórter).

Os fatos podem ser vistos sob um determinado ângulo, que em algum momento irá favorecer uma pessoa ou empresa. Fatos estes definidos como a própria subjetividade do sujeito, isto é, a forma como sua personalidade foi construída, pensamentos, linha de raciocínio, bagagem histórica. Esses embasamentos fomentam a ideia de remodelagem da realidade que acabam distorcendo os fatos antes vistos apenas como um reflexo objetivo da realidade.

Para alguns desses teóricos, a única forma de se alcançar a objetividade é por meio do conhecimento científico porque a noção de progresso depende exclusivamente de avanços dessa natureza. A teoria do espelho salienta que, mesmo não se comprovando por fins científicos, uma vez que sua base é estabelecida em uma crença cultural-profissional, não caracterizados por credices e vãs superstições, as limitações geradas pelas circunstâncias das situações resultam em utopias se comparadas com o modelo de jornalismo mencionado por Chaparro (2008), o qual diz que as notícias devem ser tratadas como notícia, sem comentários e precedidas de uma apuração rigorosa dos acontecimentos.

Características fundamentadas da personalidade dos sujeitos se ligam ao pensamento subjetivo que ele tem de si para com o exterior. Ainda que a objetividade emane de outro pensamento, a subjetividade presente como uma implicação da teoria do espelho, emana um paralelo ao outro.

Os acadêmicos da comunicação, em sua discussão teórica do conceito de objetividade, ficaram afastados da relação existente entre a afirmação e a realidade. A objetividade é própria do procedimento científico e define a possibilidade da verificação intersubjetiva. Essa definição da objetividade pode aplicar-se também ao jornalismo, o que quer dizer que deve ser abandonada a noção frequentemente discutida na literatura de que a objetividade esteja ligada à relação existente entre afirmação e realidade. Essa definição faz da objetividade uma marca da investigação e da informação profissional sempre e quando se procura separar notícia de comentário de modo desapassionado, imparcial e não-manipulador. (KUNCZIK, 1997, p. 230).

O emissor é diariamente influenciado por sua subjetividade e acreditar que o sucesso na transmissão de uma mensagem só ocorrerá o êxito em meio a uma série de fatores ao qual a objetividade está sujeita, sendo assim, o indivíduo encarregado de transmitir a mensagem de forma objetiva é influenciado de forma implícita a partir de sua subjetividade, característica inerente à personalidade. Sendo, portanto, uma verificação do campo científico para validação das informações, separando, o que é notícia e o que é opinião.

En toda sociedade la definición de la noticia depende de su estructura social. La estructura social produce normas, incluyendo actitudes que definen aspectos de la vida social que son de interés o de importancia para los ciudadanos. (...) Socializados en estas actitudes sociales y en las normas profesionales, los informadores cubren, seleccionan y diseminan [relatos a cerca de ítems identificados como interesantes o importante. Mediante el cumplimiento de esta función por los informadores, la noticia refleja la sociedad: la noticia presenta a la sociedad un espejo de sus asuntos e intereses. (TUCHMAN, 1983, p.196-197).

Como afirma a autora, a propagação das notícias ajuda a constituí-la como um fenômeno social partilhado, uma vez que no processo de definição do acontecimento a notícia o molda. Assim, o fato noticioso é remodelado e constitui-se como fenômeno social. Sendo o fato definido como a construção social da realidade. A teoria do espelho compreende o papel

do jornalismo como um defensor da verdade. Nesse contexto, sua função é observar a realidade e transmiti-la fielmente.

### **3 A PRISÃO DO EX-PRESIDENTE LULA NO G1 E UOL**

As reportagens aqui analisadas se restringe estritamente à escrita, sendo ainda mais específico, a reportagens online. A partir disso, foram trabalhadas as principais problemáticas que afetam a imparcialidade no jornalismo, que são a ética dentro da empresa, as condições históricas de produção, o jornalismo contemporâneo e a objetividade. Diante dessas questões foi feita uma análise de conteúdo, comparando duas reportagens e identificando suas diferenças que as quais ocasionam na fuga da imparcialidade.

Não foram analisadas reportagens audiovisuais ou sonoras. Ademais, é importante entendermos que o jornalismo, apesar de variar de ferramenta comunicacional entre os diferentes que há, sua teoria se aplica a todas essas vertentes e, assim sendo, suas problemáticas também.

Ainda assim é importante enfatizar que são diferentes as dinâmicas de texto para o áudio e vídeo. De acordo com Maingueneau (2004, p. 79):

O escrito não é uma representação do oral, nem o impresso uma simples multiplicação do escrito. Oral, escrito e impresso são regimes de enunciação distintos que supõe civilizações muito diferentes.

O consumidor alvo é resultante de um conteúdo em específico e nivelar as ordens de fala, seu conteúdo e seu público é crucial para qualquer meio de comunicação. Seja ela de conteúdo científico, esportivo, político ou econômico, a produção da matéria sofrerá pequenas mudanças, a fim de se adaptar ao público que se destina. Em relação à escrita da notícia, o texto, apesar dos seus objetivos específicos, nem sempre carece de adaptação devido ao seu caráter universal.

Ele pode circular longe de sua origem, encontrar públicos imprevisíveis sem precisar ser modificado a cada vez. Como quem escreve não pode controlar a recepção do seu enunciado, é obrigado a estruturá-lo de maneira a torná-lo compreensível, ou seja, é obrigado a fazer do seu enunciado um texto, no sentido mais pleno do termo. (MAINGUENEAU, 2004, p. 79).

Se no escrito pode existir uma ordenação na criação da notícia, a propagação dos fatos no oral é feita de forma menos planejada, acontecendo de maneira mais imprevisível já que é afetada pela maior participação do receptor no processo de comunicação. Para Maingueneau (2004, p. 79), o que difere entre escrito e oral, basicamente, é a estrutura dos enunciados, pois no escrito ele irá possuir um discurso universalmente, sem inconstâncias, já no oral ele sofrerá distorções à medida que o interlocutor afeta a mensagem:

No oral, o co-enunciador partilha o mesmo ambiente que o locutor, reage imediatamente à sua entonação, às suas atitudes etc. Não podendo percorrer a arquitetado enunciado em seu conjunto, ele vai tomando conhecimento dele aos poucos e tem uma consciência muito vaga da sua estrutura.

Mas, vale atentar que no sentido geral ambos possuem o mesmo propósito, que é informar. São, portanto, iguais no sentido estrito da sua função, mesmo variando de ferramentas.

A partir de análises aqui estabelecidas nas problemáticas em torno da comunicação dentro do jornalismo, atentemos para reportagens publicadas em dois sites sobre a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

O caso discorre da seguinte forma: acusado pelo Ministério Público pelo recebimento de propina, possivelmente no valor de 2,2 milhões de reais, se utilizando desse valor para aquisição de um apartamento triplex em Guarujá, em São Paulo, o ex-presidente Lula foi preso por corrupção passiva e lavagem de dinheiro em abril de 2018. A condenação em três instâncias obedeceu ao seguinte rito: em doze de junho de 2017, o juiz Sérgio Moro o condena por nove anos e seis meses de prisão; em vinte e quatro de janeiro de 2018, a pena foi aumentada para doze anos e um mês de prisão; em quatro de abril de 2018, o Superior Tribunal Federal (STF) decide negar o habeas corpus ao ex-presidente; em cinco de abril de 2018, o juiz Sérgio Moro decreta a prisão, dando o prazo de até 17 horas da sexta-feira para que Lula se entregasse à justiça; em seis de abril de 2018, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) nega novo habeas corpus ao ex-presidente; em sete de abril de 2018, Lula é preso e conduzido à sede da Polícia Federal em Curitiba.

De forma geral, a reportagem do portal de notícias G1 é mais completa do que a do portal UOL. Numericamente, no G1 ela é composta por nove vídeos mostrando a trajetória seguinte à prisão do ex-presidente, com quatro fotos, sendo elas: Lula dentro do carro da polícia, a as outras no sindicato dos metalúrgicos em meio à multidão que protestava contra a prisão que havia sido decretada. Na escrita, ela é composta por um título e subtítulo e trinta e cinco parágrafos, escalonados em tópicos. Já a reportagem da UOL é composta por um vídeo, sendo o discurso de Lula no sindicato, uma foto do ex-presidente dentro do carro da polícia, e um acervo de mais de cem fotos com mensagens contrárias à prisão. O texto é composto por um título e dezesseis parágrafos.

Há, portanto, uma descrição parcial do objetivo das reportagens, seja pelo lado da UOL, com a escassez de informações ou pelo lado do G1, no excesso. Observe-se que reportagem do G1 tende a mostrar o desenrolar da situação, mas que em alguns momentos certos deslizes podem ser interpretados como forma de condenação a Lula. Pela visão do UOL, ela é mais incisiva, porém, por terem poucas informações e pelas imagens e estrutura da reportagem, fica mais claro a situação parcial do site, subtendendo que está contra à condenação.

Título da reportagem no G1: “Lula se entrega à PF e é preso para cumprir pena por corrupção e lavagem de dinheiro. “Após dois dias, ex-presidente deixou o Sindicato dos Metalúrgicos a pé. Em discurso, Lula criticou o Judiciário: ‘Quem quiser votar com base na opinião pública, largue a toga e vá ser candidato a deputado’.” Título no UOL: “Lula é preso; ex-presidente deixa SP em avião rumo a Curitiba”. Há de se verificar que ambos tem o mesmo sentido: deixar claro a prisão de Lula.

Acerca desses dois títulos, há uma diferença textual e enunciativa, principalmente pelos textos. Maingueneau (2004, p. 36), cita a importância de se atrever aos detalhes jogados em um texto na questão de omissões ou exageros de conteúdos nas reportagens, em uma definição da lei da exaustividade, ele diz:

Não é uma repetição da lei da informatividade. Ela especifica que o enunciador deve dar a informação máxima, considerando-se a situação. Quando se lê um artigo de jornal “Sete reféns foram libertados na embaixada do Japão”, supõe-se que o enunciado deu a informação máxima, isto é, que sete reféns ao todo foram libertados. Com efeito, de um ponto de vista estritamente lógico, dizer que cinco reféns foram libertados não seria falso. Da mesma maneira, se, num guia turístico do Brasil, lê-se “O Rio está localizado a uma certa distância da Bahia”, sem maiores precisões, pode-se considerar que a lei de informatividade foi transgredida, relativamente ao contrato imposto a esse tipo de livro, que visa fornecer informações práticas. A lei da exaustividade exige também que não se esconda uma informação importante. Seria esse o caso se um jornal publicasse a manchete: “Um grupo de jovens agride um homem”. Em contrapartida, se o título fosse “Um grupo de jovens agride a um policial loiro de setenta e sete quilos”, a lei da exaustividade seria igualmente transgredida por excesso de informação. Mas pode-se imaginar que haja

circunstâncias em que um título desse tipo não seria insólito: a informatividade depende da pertinência.

As características nos títulos acima mencionados são descritos e diferenciados pelos detalhes, no G1 ela discorre em maiores informações, em contrapartida o UOL se define pela forma mais direta. O que se nota a partir de então são modelos de títulos “parciais”. Sendo no G1 entendida que por haver um maior número de informações acabará chegando ao ponto de denegrir a imagem de Lula, já na UOL subtende-se que por haver poucas informações o portal de notícias estaria sendo omissivo com o receptor.

Já partindo para o primeiro parágrafo das reportagens, pode-se notar uma diferença que tende a remeter a uma parcialidade dos dois lados. Ambos citam a prisão, porém de maneiras diferentes. No G1 são utilizados os termos “se entregou” e “foi preso”, além de citar que o ex-presidente Lula passou dois dias na sede dos sindicatos. No UOL, a menção à prisão é feita da seguinte forma: “deixou São Paulo em um avião monomotor e viaja rumo a Curitiba, onde começará a cumprir a pena de 12 anos e um mês de prisão.” Comparativamente, poderíamos facilmente interpretar que o G1 deseja reforçar a ideia de que Lula resistiu à prisão. No entanto, a leitura do parágrafo do UOL não deixa transparecer essa ideia. Pelo contrário, a prisão aconteceu pacificamente.

No decorrer da reportagem do G1 está presente a fala de alguns dos personagens envolvidos nos fatos, o que não acontece no UOL (a análise aqui realizada exclui os vídeos atrelados à matéria). No G1, uma fala da presidente do Partido dos Trabalhadores, agremiação política a qual é filiado o ex-presidente Lula: “Quando Lula tomou a decisão, ele tomou a decisão baseada em uma situação. A resistência nós podemos fazer. Mas a leitura que fazemos aqui não é a nossa resistência, mas é a resistência dele”. Outro fala importante é uma do próprio do Lula:

Não pensem que eu sou contra a Lava Jato, não... a Lava jato, se pegar bandido, tem que pegar bandido mesmo que roubou, e prender. Todos nós queremos isso. Todos nós, a vida inteira, dizíamos: ‘só prende pobre, não prende rico’. ‘Todos nós dizíamos. E eu quero que continue prendendo rico. Eu quero. Agora, qual é o problema? É que você não pode fazer julgamento subordinado à imprensa porque, no fundo, no fundo, você destrói as pessoas da sociedade na imagem das pessoas e, depois, os juízes vão julgar e falar: ‘eu não posso ir contra a opinião pública, porque a opinião pública tá pedindo pra caçar’. Quem quiser votar com base na opinião pública largue a toga e vá ser candidato a deputado. Escolha um partido político e vá ser candidato. A toga é o emprego vitalício. O cidadão tem que votar apenas com base nos autos do processo.

A importância de haver ou não um discurso como esse é que ela pode demonstrar um jogo de persuasão. Até o ponto em que tais presenças de falas importunam na interpretação do leitor e são introduzidas nas pessoas sob essas condições. Ainda que se trate de uma fala do ex-presidente ou de um apoiador seu, tais mensagens podem ser recebidas de forma negativa. Seja ela pertinente ou não ao fato, o discurso pode ser visto de uma forma que produza o sentido contrário da mensagem. Ou seja, a omissão ou a colocando pode influenciar na decisão da interpretação da notícia de forma negativa. Diante do contexto político da época, tais falas jogadas ao texto produzem um discurso em que se transmite uma ideia que o PT (Partido dos Trabalhadores) está “perdido” diante da situação, já que as respectivas falas produzem um efeito de sentido onde parece haver inconsistências, transparecendo uma forma de apenas rebater o que eles vinham sofrendo: o desgaste da imagem do partido diante do escândalo da condenação.

A repercussão do caso se vale de algumas condições históricas de produção principalmente por ser de ano eleitoral. Consideremos, a partir disso, as mensagens implícitas dentro das reportagens. Como sabemos, a eleição de 2018 foi vencida pelo candidato Jair

Messias Bolsonaro, no segundo turno, em cima de Fernando Haddad. Devido a essa polarização da época, os partidos PT (Partido dos Trabalhadores) e pelo PSL (Partido Social Liberal), acirraram-se em uma briga pela presidencial dividindo o país entre apoiadores do PSL e apoiadores do PT.

Na reportagem do G1 são encontradas frases que remetam ao partido do ex-presidente Lula: “O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se entregou à Polícia Federal (PF)”;

“Após mais de uma hora, a presidente do PT, senadora Gleisi Hoffman, subiu em um carro de som e disse para a militância que a PF havia dado meia hora para que eles resolvessem a situação”;

“A defesa do petista”;

“Confirmada a condenação e encerrados os recursos na segunda instância judicial, Lula fica inelegível pela Lei da Ficha Limpa”. Percebe-se, portanto, que há uma preocupação em tornar claro o partido político ao qual pertence o ex-presidente Lula e que essas associações são jogadas ao texto de forma negativa. Isso ganha força quando ligado ao fato que aquele era um ano de disputa eleitoral. Imagine um eleitor indeciso diante da reportagem do G1. Certamente essa ligação negativa ao Partido dos Trabalhadores terá influência sobre ele.

A reportagem do UOL traz as seguintes frases que fazem menção ao PT: “O ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT)”;

“Por volta das 18h45, o petista deixou o Sindicato dos Metalúrgicos”;

“O petista não havia atendido à oportunidade oferecida pelo magistrado”

“Lula estava desde quinta no sindicato, recebendo apoio de militantes, apoiadores e políticos do PT e de partidos de esquerda”. Comparativamente há uma diferença na menção que os dois veículos fazem na relação do ex-presidente Lula ao seu partido político. O UOL, diferentemente do G1, tem mais cuidado ou tenta amenizar esse fato pelo modo como reporta as informações, e se utiliza bastante do termo “petista” para fazer menção a Lula, aproximando-o dos seus apoiadores e da figura popular que se criou nos seus dois mandatos (no G1 esse termo é citado apenas uma vez). Aqui, o leitor se depara com uma situação mais branda, onde as frases tentam eufemizar a ligação do ex-presidente com o partido, sem a intenção de criar a imagem negativa que o G1 acaba gerando. Claro que é de se considerar que o G1 trabalha com mais informações do que a UOL. Por ser mais completa, é natural que a contextualização da reportagem seja maior. Mas o que se deve ser visto aqui não é a quantidade, mas a forma como elas são dispostas no texto. Todas as falas acima citadas do G1 seguem acompanhadas por termos como “crítica ao judiciário”; “prisão”; “resolver a situação”; “consequências”. Tais frases, associadas ao partido do ex-presidente, constroem uma imagem negativa da agremiação política.

Já na reportagem da UOL, elas são intercaladas com falas como “deixou São Paulo”;

“O petista não havia atendido à oportunidade oferecida pelo magistrado de comparecer de forma voluntária à Polícia Federal, em Curitiba, até as 17h (de Brasília) da última sexta. Ele quis antes participar de uma missa em homenagem à ex-primeira-dama Marisa Letícia, que faria aniversário de 68 anos nesta data, e depois almoçou com familiares”;

“Milhares de pessoas ficaram em frente ao local para apoiá-lo e criticar o pedido de prisão de Moro”. As frases desse veículo soam menos agressivas ao ex-presidente Lula.

A tática de persuasão muitas vezes está implicitamente na mensagem, e as emissoras trabalham nessa concepção. Sempre na busca de mostrar uma imparcialidade na intenção de se dizer isenta e conquistar o leitor. Baccega (1998, p. 55) fala sobre a comunicação nesse sentido:

É dirigido à sociedade como um todo, a um “ente” chamado de opinião pública, no qual não se distinguem grupos com interesses diferentes, diversos opostos e conflitantes. É que interessa à classe dominante fazer passar a concepção de uma sociedade homogênea, sem distinções, com os mesmos valores – que são, obviamente, os que lhe interessam.



A fundamentação dessas ideias se baseia em uma universalização da comunicação como um todo. O monopólio de persuasão parte de sua raiz, é lá que se encontram os valores que distinguem o sentido das falas, atitudes e pontos de vistas, em relação a uma determinada empresa ou emissora de comunicação para com o ouvinte ou leitor. O interesse está em ganhar a confiança dos que consomem a informação, e a partir disso se utilizar do poderio de influência de forma implícita e que contribua, conseqüentemente, para uma parcialidade das reportagens.

As reportagens do G1 e do UOL em seus contextos, falas e modus operandi se distinguem em um determinado momento, sejam pelos seus posicionamentos políticos dentro da empresa, por suas crenças, pelo olhar crítico do autor, por suas bagagens históricas ou sua ética dentro da própria empresa; a mensagem varia de uma para a outra de modo que chegará ao leitor de formas diferentes. O resultado é uma utopia na busca pela imparcialidade entrelaçada ao jornalismo e a comunicação.

Compreende-se, com isso, que mesmo que haja a intenção da imparcialidade em ambas as reportagens, suas falas, seus questionamentos, embargam no distanciamento da neutralidade. Ainda que restritas apenas ao contexto da internet, essas esferas podem ser facilmente aplicadas ao rádio e à televisão, que comumente, possuem a mesma intenção, sejam elas de forma positiva (a busca pela imparcialidade), ou negativa (na intenção de se fazer com interesses pessoais).

É notório que o avanço de uma sociedade acontece à medida que novas situações aparecem, e o desenvolvimento de uma área específica sempre estará acometida ao momento presente. O jornalismo do século XIX não é o mesmo do início do século XX, assim como o jornalismo do século XX não é mesmo do início do século XXI, e assim subsequentemente desde o início desse serviço, por volta de 1400 com o desenvolvimento da prensa de Gutemberg. Com mudanças constantes, surgem também novos problemas. Adaptá-las ao contexto atual se faz necessário à medida que tal função se torna importante, uma vez que o papel do jornalismo é, além de informar de forma neutra acerca do que acontece, instruir e decodificar a mensagem.

A comunicação no jornalismo nunca esteve tão frágil no que se diz respeito a abordagem dos fatos. Há uma linha tênue separando duas vertentes: a liberdade de expressão e a qualidade dos fatos. Se o próprio jornalismo não estará imparcial diante de suas atribuições, então cabe ao jornalista buscar a maior proximidade dos fatos possível.

#### **4 CONCLUSÃO**

A análise aqui desenvolvida abordou duas reportagens de veículos de imprensa diferentes, mas sobre um só assunto e publicadas no mesmo dia, a fim de compará-las e mostrar como podem desencadear interpretações diversas, embora tenham o objetivo único de informar de maneira imparcial.

O que pôde ser verificado é que o ato de comunicação e suas problemáticas não está apenas no emissor em si, mas também no enunciado, no receptor, nas interpretações e no seu modo de trabalhar, onde aqui foram tratados teoricamente no desenvolvimento do artigo. E que o modo de trabalho possui um objetivo em geral: que é reportar a informação, mas que a descrição dos fatos irá variar de notícia para notícia, resultando em um final desigual em termos comparativos. E que, a partir disso, a comunicação dentro do jornalismo gera uma inconcistência na produção dos fatos, tornando as notícias parciais.

Socialmente, a representação do repórter é vista não como um comunicador desinteressado e sim como um funcionário de um setor privado preso a ideologias próprias da empresa a qual presta serviço, seguindo não pela teoria da função e sim pela prática de buscar os interesses privados. Assim como o indivíduo é por si só parcial, já que sua personalidade é

formada a partir de experiências pessoais que fortalecem e geram o pragmatismo dentro da atividade jornalística, sendo tendencioso dentro do seu próprio pensamento, ainda que tente buscar a isenção na cobertura dos fatos. A partir disso, a notícia é intercalada pela interpretação do sujeito que a recebe e passa a transferir a outros. O resultado em cadeia gera uma distorção da realidade que é notada nos pequenos detalhes.

O modelo de comunicação de Vanoye (1993) estabelece um formato de troca de mensagens de forma direta, porém ao estabelecermos leis e regras dentro de um campo ético, munido de formações pessoais, se torna muito complexo a tarefa do comunicador. O jornalismo se caracteriza pelo detalhe, pela forma e pelo seu conteúdo, sendo tais características embargadas pelos próprios autores de sua produção. Nesse sentido, a imparcialidade se torna em um aspecto ilusório, já que todo conhecimento estará enraizado numa dinâmica de poder e de interrelações na sociedade. A concentração de poder acumulados a determinados públicos (as empresas de comunicação) resulta em uma criação de interesses com viés político ou publicitário. A verdade, ou seja, a objetividade no jornalismo, se torna múltipla, sendo uma construção discursiva, a qual está sujeita aos seus grupos sociais, porque são esses próprios grupos sociais que a produzem.

Evidencia-se, portanto, que o jornalismo possui problemáticas dentro da sua função, que partirão do sujeito que remeta a mensagem, como também do indivíduo que a receba. Que sua realidade já em sua raiz estará modificada pelas diversas aferições que os indivíduos criam a partir de uma realidade exposta ao contexto atual. Assim como a ética e os interesses pessoais são outros problemas a serem trabalhados para que haja uma maior proximidade da imparcialidade. A fuga da neutralidade sempre estará presente no jornalismo. O resultado disso não está em tentar resolver o problema. É natural ao ser humano ser falho. Contudo, é preciso analisar as esferas por um olhar mais crítico diante de um contexto momentâneo, e, principalmente, saber quem é o seu público, para, a partir disso, trabalhar o conteúdo. Com isso, considera-se necessário que a mensagem chegue ao remetente de forma clara, pois não é o ouvinte que deve se adaptar à mensagem, e sim a mensagem que deve se adaptar ao ouvinte.

A subjetividade do indivíduo acaba por transcender a barreira da objetividade e da imparcialidade. Ele se torna o objetivo facilmente vulnerável ao erro, pelo fato de estar sujeito às condições da realidade. A influência dessas problemáticas intimamente presentes no dia a dia, ajudam a entender em como o jornalismo está distante de matérias fiéis aos fatos.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Luís; BERMÚDEZ, Ana Carla. **Lula é preso; ex-presidente deixa SP em avião rumo a Curitiba.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/04/07/lula-prisao.htm>. Acesso em: 07 de abril de 2021.

BACCEGA, M. A. **Comunicação e linguagem: discursos e ciência.** São Paulo: Moderna, 1998.

BARROS FILHO, Clóvis. **Ética na Comunicação.** São Paulo: Summus, 2003

BENTELE, Günter. **Objetividade na mídia de massa** - tentativa de esclarecimento histórico e sistemático dos termos. Quão objetiva é nossa mídia, p. 111-155, 1982.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BUONO, Vinícius. **Caso Escola Base: a mentira que abalou o Brasil em 1994.** Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-o-que-foi-o-caso-escola-base-fake-news.phtml>. Acesso em: 07 de abril de 2021.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d'aquém e d'além mar: Travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos.** São Paulo, Grupo Editorial Summus, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias.** São Paulo: Editora Contexto, 2006.

COMTE, Augusto. Curso de Filosofia Positiva. 1973

**DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.** Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 07 de abril de 2021

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo: norte e sul.** Manual de Comunicação. São Paulo: Edusp, 1997.

LEITE, Maria Alzira. **Fragmentos discursivos de consciência num jogo de poder.** Jundiaí: Paco editorial, 2016.

**Lula se entrega à PF e é preso para cumprir pena por corrupção e lavagem de dinheiro.** Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/lula-se-entrega-a-pf-para-cumprir-pena-por-corrupcao-e-lavagem-de-dinheiro.ghtml>. Acesso em: 07 de abril de 2017.

MAINGUENEAU, Dominique; ROCHA, Décio. **Análise de textos de comunicação.** São Paulo: Cortez, 2004.

MCQUAIL, Denis. **Atuação da mídia: comunicação de massa e interesse público.** Porto Alegre: Penso Editora, 2012.

NO BRASIL, Representação da UNESCO. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1998.

ORLANDI, Eni Puccineli. **Análise de Discurso: princípios de procedimentos**. São Paulo. Editora Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel; ORLANDI, Eni Puccinelli. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2006

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**. n. 6. Lisboa: Lisboa, 2005.

Salas Abad, C. (2019). La primera fake news de la historia, en *Historia y comunicación social* 24 (2), 411-431.

SCHUDSON, Michael: **Descobrimos a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SILVA, Sofia; BELOCHIO, Vivian. **Jornalismo e a apropriação dos sites de redes sociais: primeiras reflexões sobre as implicações nos critérios de noticiabilidade**. V SIPECOM – Seminário Internacional de Pesquisa em Comunicação. Universidade Federal de Santa Maria/RS, 15 a 17 de outubro de 2013.

TUCHMAN, Gaye. La producción de la noticia. Estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona. Editorial Gustavo Gilli, 1983.

VANOYE, Francis. **Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita**. Martins Fontes, 1993.

VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska. (Org.). **40 Anos de Telejornalismo em rede nacional: olhares críticos**. Florianópolis: Insular, 2009.

XAVIER, Mauren. **Relembra a cronologia da prisão do ex-presidente Lula**. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/relembre-a-cronologia-da-pris%C3%A3o-do-ex-presidente-lula-1.378889>. Acesso em: 07 de abril de 2021.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus ao qual me possibilitou está aqui e concluir essa etapa em minha vida. Tudo que tenho e que sou é graças a ele.

Agradeço aos meus amigos e familiares que ajudaram de forma direta e indireta para que isso acontecesse.

Ao meu orientador Me. Leandro Braúlio, que no seu pouco tempo que lhe coube me auxiliou, corrigiu e incentivou, cotribuindo para que esse trabalho fosse finalizado. Sem você eu não teria concluído essa etapa, Braúlio, meu muito obrigado. E aos demais professores da UEPB, que em sua excelência e didática me ajudaram em toda a caminhada até aqui.

São tempos difíceis com todos os desafios e incertezas que nos apresentam para um futuro, e isso só nos mostra como se torna gratificante conseguirmos conquistas pessoais, em meio a um caos. Meu muito obrigado a todos.